

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

CSET - Coordenação de Correição

Memorando-Circular nº 4/2024/CGE/SES CSET-NUCAD

Belo Horizonte, 09 de maio de 2024.

Aos Senhores

Titulares das Unidades Administrativas da SES/MG

Assunto: Orientações acerca do encaminhamento de demandas à Controladoria Setorial.

Prezados Senhores,

Dentre as atribuições desta Controladoria Setorial, unidade de execução da Controladoria-Geral do Estado (CGE), elencadas no art. 6º do Decreto nº 48.661, de 31/07/2023, estão: a apuração de denúncias, de acordo com suas competências institucionais, capacidade técnica operacional e avaliação de riscos (IV); a execução de atividades de auditoria pública (VIII); a sugestão de instauração de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares (XIII); e o assessoramento do Secretário nas matérias afetas a sua área de atuação (VII).

As ações investigativas de cunho correcional e de auditoria desenvolvidas na Controladoria Setorial tem como origem, dentre outras fontes, denúncias e representações que noticiem irregularidades supostamente ocorridas no âmbito do Poder Executivo. Cumpre registrar que um dos deveres funcionais do servidor estadual é "levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo", nos termos do inciso VIII do art. 216 da Lei nº 869, de 05/07/1952.

Diante disso, com o intuito de sistematizar a forma e o conteúdo das peças de denúncias e representações, assegurando que contenham os elementos mínimos de informação necessários à apuração, solicita-se, no ato da comunicação de irregularidades à Controladoria Setorial, o preenchimento do documento denominado "Formulário de Representação" (88355040), cujo encaminhamento deverá seguir pela via hierárquica, ou seja, deverá ser realizado, exclusivamente, pelos titulares das Subsecretarias e Chefia de Gabinete, como estabelecido no art. 3º da Ordem de Serviço nº 747, de 04/01/2013.

Do mesmo modo, as Consultas sobre as matérias de competência da Controladoria Setorial deverão ser encaminhadas pelas precitadas autoridades, Subsecretários e Chefias de Gabinete. Neste ponto, deve ser ressaltado que, a exemplo do Órgão Central da Controladoria-Geral do Estado (CGE), é facultado à Controladoria Setorial recusar a consulta, fundamentadamente, com o escopo de evitar antecipação de posicionamento acerca de caso concreto sobre o qual terá que se pronunciar por força de suas atribuições, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução CGE nº 26, de 24 de agosto de 2021.

Por fim, é necessário esclarecer que as denúncias de práticas de assédio moral devem observar rito próprio, previsto no Decreto nº 47.528, de 12/11/2018, e na Resolução Conjunta OGE/SEPLAG/CGE nº 01, 23/03/2022, iniciado com o registro de reclamação no sistema eletrônico da Ouvidoria-Geral do Estado (MG-OUV), que pode ser acessado pelo link https://ouvidoria.prodemge.gov.br/mgouv-bpms-frontend/br/gov/prodemge/visao/mgouv/AtividadeRegistrarManifestacaoPublica.zul? unidade=10100405&tipo=denuncia.

Sendo o que cumpre para o momento, a Controladoria Setorial permanece à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

JULIANA DE PAULA SANTOS Especialista em Políticas e Gestão da Saúde

CYNTHIA M. P. GODOI QUINTÃO Especialista em Políticas e Gestão da Saúde Coordenadora do Núcleo de Correição Administrativa

ALEX PINHEIRO DE FREITAS

Auditor Interno CGE
Controlador Setorial

MARINA QUEIRÓS CURY Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marina Queirós Cury**, **Chefe de Gabinete**, em 17/05/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Pinheiro de Freitas**, **Controlador(a)**, em 21/05/2024, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Paula Santos**, **Servidor(a) Público(a)**, em 21/05/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto</u> nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Magalhaes Pinto Godoi Quintao**, **Coordenadora**, em 21/05/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php? acesso_externo=0, informando o código verificador **88047032** e o código CRC **5673F58B**.

Referência: Processo nº 1520.01.0001003/2024-89 SEI nº 88047032